Mediações na exposição “terras e águas:

Histórias dos territórios Guarani, Kaingang e Laklãnõ-Xokleng.

NOMES: Enzo Gotardo e Lucas Bueno.

A exposição apresenta, na perspectiva de histórias de longa duração, as formas de ocupação territorial dos povos Guarani, Kaingang e Laklãnõ/Xokleng, articulando coleções arqueológicas, etnográficas e tradições orais para evidenciar trajetórias históricas, cosmologias e modos próprios de habitar seus espaços. “Território” é o conceito central da mostra, entendido em seu caráter polissêmico: dimensão material, simbólica e política que envolve ancestralidade, toponímias, escolhas de ocupação, práticas culturais e a luta contemporânea pela demarcação e autogestão de suas terras.
A construção da exposição foi realizada em colaboração com curadores indígenas, que definiram os conteúdos e as linhas narrativas. Ao todo estão expostos 139 objetos. A exposição tem como conceito principal Territórios Indígenas, como eixo norteador deste conceito, sua ancestralidade e como linha narrativa os elementos selecionados por cada povo para contar sua própria história. Essa abordagem permite que a exposição seja conduzida sob a orientação desses curadores indígenas.
Cada povo selecionou um elemento-chave para contar sua história territorial: os Guarani escolheram a Opy, casa de reza e centro vital de qualquer aldeia; os Kaingang destacaram as nascentes, origem da vida e lugar de rituais e cerimônias; e os Laklãnõ/Xokleng elegeram a Barragem Norte, marco da luta política por sobrevivência territorial diante dos impactos históricos e atuais dessa construção. Esses elementos estruturam o percurso expositivo, nomeado por cada grupo em sua própria língua. Além disso, há um módulo tratando de arqueologia, visando a conexão de longa duração entre esses povos e seus antepassados, que habitaram esse território, reiterando a ideia de um “marco ancestral”.

Figura 1: Representação de casa de reza guarani

Figura 2: Módulo Kaingang e represnetação de nascentes

Figura 3: Módulo Laklãnõ-Xokleng

Figura 4: Módulo de arrqueologia e núcleo de direitos indígenas

A curadoria da exposição foi realizada em diálogo contínuo com os curadores indígenas e suas comunidades. Nas visitas ao acervo, cada povo revisou objetos, apresentou nomes em suas línguas, usos, significados, matérias-primas e histórias associadas. Essas informações qualificaram o entendimento sobre cada peça e orientaram a seleção final.
As escolhas de objetos, imagens e cantos foram discutidas nas aldeias, sempre em debate com as comunidades para validação. Os curadores também produziram novos objetos e decidiram quais materiais próprios seriam incorporados à exposição.
Os textos dos módulos de cada povo foram escritos pelos próprios curadores, em suas línguas e traduções. Os textos gerais foram elaborados coletivamente. Desde o início do projeto foram realizados mais de vinte encontros de curadoria, consolidando um processo colaborativo no qual cada povo definiu como desejava apresentar sua história territorial.

Figura 5: Reunião com curadores no Marque,

Figura 6: Curadoras guarani selecionam peças na reserva técnica,.

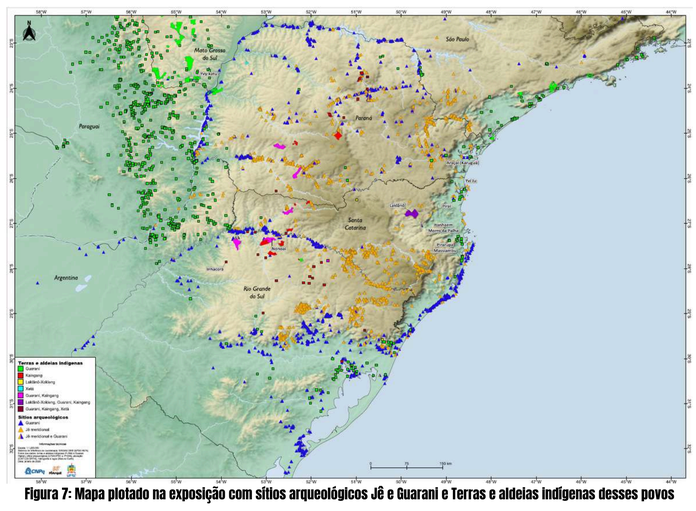

Figura 7: Mapa plotado na exposição com sítios arqueológicos Jê e Guarani e Terras e aldeias indígenas desses povos

Até outubro de 2025, 92 grupos visitaram a exposição com mediações, contabilizando 2268 visitantes.

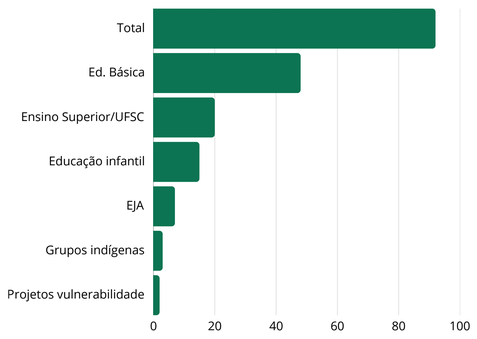

Figura 8: número de grupos que visitaram a exposição e sua tipologia.

A ideia deste mapa é apresentar todo um território ocupado que transcende as fronteiras políticas estabelecidas, abrange grande parte do sudeste e sul do Brasil e abarca uma longa profundidade temporal. Com este mapa ressaltamos a extensão, densidade e ancestralidade dos territórios indígenas vinculados aos Guarani, Kaingang e Laklãnõ/Xokleng. A ideia central deste espaço é trazer ao público um contato direto com pessoas, lugares e histórias centrais que remetem às territorialidades desses povos. É muito comum nos depararmos com turmas com dificuldades para interpretar o mapa, por exemplo. Nesses casos, é sempre importante debater com os visitantes a relação entre sítios arqueológicos e terras e aldeias indígenas no presente, a partir da leitura da legenda. Essa mediação oferece às turmas ao menos três reflexões: a indicação de que toda a região sul do Brasil estava densamente ocupada por povos indígenas antes do século XVI.: ancestralidade dos territórios indígenas; a imensa diferença entre a quantidade, a extensão e a dispersão espacial dos sítios arqueológicos e as áreas atualmente demarcadas como terras indígenas.

Figura 9: Imagem de drone da TI Guarani Itanhaem (SC)

Figura 10: Imagem de drone da TI Guarani Piraí (SC)

Figura 11: Imagem de drone da TI Kaingang Nonoai (RS)

Figura 12: Imagem de drone da TI Laklãnõ-Xokleng Ibirama Laklãnõ (SC)

Entre janeiro e abril de 2025 foram realizadas visitas à 11 Terras indígenas e aldeias: TI Karuguá, Piraquara/PR; TI Ibirama Laklãnõ, Ibirama/SC; Aldeia Itanhaém, Biguaçu/SC; Aldeia Pira rupa Massiambu, Palhoça/SC; TI Pirai, TI Nonoai, Nonoai/RS e TI Inhacorá, São Valério do Sul/RS. As equipes encontraram lideranças, sábios e anciãos, registrando conversas, rituais, atividades cotidianas e a paisagem de cada território. Nessas visitas foi realizado registro audiovisual contínuo, captação de sons ambientes, fotografias e imagens aéreas produzidas com drone.

Figura 13: Sobrevvo de drone orientado por uma curadora guarani.

O trabalho de campo permitiu alcançar todas as aldeias dos onze curadores indígenas envolvidos na exposição. O conjunto produzido constitui um acervo audiovisual amplo, que será incorporado ao MArquE e posteriormente devolvido às comunidades. Além do registro nas aldeias, também foram documentadas atividades em Florianópolis, como reuniões no auditório do MArquE, seleção de acervo na Reserva Técnica, visitas ao espaço expositivo e entrevistas com os curadores no entorno do museu. Foram produzidos três audiovisuais, um para cada povo, que apresentam entrevistas com os curadores e lideranças indígenas e imagens das aldeias onde cada um deles vive atualmente. Cada produção tem duração de cerca de 7 minutos. Elas são exibidas na “sala de imersão” (segundo núcleo dentro do circuito expositivo) em sequência ininterrupta, assim cada visitante pode assistir a todas, independente da hora/ordem de chegada.

Figura 14: Turma em mediação assiste minidocumentário na sala de imersãoo

Figura 15: turma do ensino médio conversando com mediadores na área de desanso

As visitas mediadas utilizam metodologia dialógica, considerando as percepções dos visitantes como ponto de partida. Na mediação, nosso enfoque é mostrar que a ancestralidade não é algo preso ao passado. Certos objetos mostram técnicas milenares, mas o que se mantém é a lógica cultural que orienta seu uso. A função da mediação é ajudar os visitantes a perceber que a presença de tecnologias novas não contradiz a reivindicação da ancestralidade e que os povos seguem atualizando suas práticas enquanto mantêm seus referenciais.
Durante as conversas com os grupos, buscamos qualificar dúvidas sobre a maneira que a exposição foi pensada, a participação das pessoas curadoras e inclusive as limitações de espaços como os museus para tratar dessas temáticas. Busca-se demonstrar que a noção de território apresentada, conecta os objetos e modos de vida com o presente das comunidades. Assim, a mediação não apenas explica a exposição, mas cria condições para que o público compreenda que preservar a ancestralidade significa garantir que esses povos possam viver de acordo com suas escolhas culturais hoje.

Nas mediações, percebemos alguns estereótipos sobre os povos indígenas, seja a ideia de que “ficaram no passado”, seja a visão cristalizada de que só seriam indígenas se não usassem tecnologias da sociedade industrial. Mesmo quando algumas turmas entendem que não há contradição em usarem celulares ou outras dessas tecnologias, ainda é pouco compreendido que suas reivindicações não buscam um retorno ao passado, mas dizem respeito aos seus territórios, direitos e garantia de seus modos de vida. A exposição mostra justamente como o território é vivido por esses povos, e as mediações revelam como os visitantes percebem isso de maneiras muito diversas.

Figura 16: turma em mediação na área de descanso

Nas conversas, organizamos essas percepções para garantir que a mensagem construída pelos curadores indígenas seja transmitida, ao mesmo tempo em que identificamos os limites entre o que um povo expressa coletivamente e o que chega individualmente ao público. Isso evidencia a necessidade urgente de ampliar a presença indígena na produção de conhecimento e nos espaços de decisão, como museus, universidades e outras instituições.
A exposição se transforma a cada visita, pois o debate mostra nossas próprias limitações e as da expografia, especialmente quando objetos associados ao passado dificultam entender que ancestralidade não é imobilidade. Por isso, a mediação é essencial e reforça que a exposição, elaborada por curadores indígenas, é um espaço de resistência e afirmação. O ambiente final de descanso e reflexão ajuda a elaborar essas ideias. Exposições colaborativas e a presença indígena efetiva nos espaços de poder tornam esse processo mais sólido, justo e necessário.

REALIZAÇÃO: SAB Sociedade de Arqueologia Brasileira PATROCÍNIO: CNPq CNA Centro Nacional de Arqueologia IPHAN APOIO: Universidade de Brasília

Projeto contemplado na chamada CNPq/MCTI/FNDCT n.39/2022, Processo 407190/2022-8